

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Journal da Ind*

Class.: 305

Data: 28 de agosto de 1987

Pg.: _____

190 INDÍOS **O ministro e o bispo: decepção mútua.**

O arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, não gostou dos termos que o ministro Paulo Brossard, da Justiça, usou na conversa que manteve na última terça-feira com o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, a respeito da emenda popular subscrita pelo Cimi e patrocinada por 47 mil austríacos. "Faltou educação e sensibilidade ao ministro", disparou ontem dom Aloísio. "Quando ele era senador, tinha uma postura mais democrática."

O próprio Brossard reconhece que foi uma conversa ríspida a que manteve com dom Luciano. Mas revelou também que permaneceu calado a ouvir as queixas do religioso, que acusou **O Estado** de ter utilizado "documentos falsos" para denunciar os planos de transformar o Brasil numa república "plurinacional". Mas quando dom Luciano mencionou a questão do projeto de emenda apresentado pelos austríacos à Constituinte, Brossard não conteve o desabafo. E entre os termos mais amenos para classificar o projeto estavam: "heresia", "monstruosidade", "atrevimento", "escárnio".

"Eu não posso admitir que um grupo de austríacos, que nunca puseram os pés no Brasil, que não sabem uma palavra de português, que nada têm a ver com o Brasil e nem sabem sequer qual é a sua capital, pretendam que a soberania seja reduzida em relação a uma vasta área do território", disse Brossard, repetindo ontem o diálogo que manteve com dom Luciano.

Dom Aloísio estranhou o comportamento de Brossard. "A Igreja nunca foi destrutada por nenhuma autoridade governamental, nem mesmo no regime militar", queixou-se o arcebispo. E exatamente para repudiar esse comportamento de Brossard é que a CNBB vai divulgar hoje um documento. O objetivo é expressar a "decepção" da Igreja com a "inexistência da democracia" e esclarecer as denúncias envolvendo o Cimi numa trama internacional visando a restrição da soberania nacional sobre as terras indígenas.

Brossard, contudo, acredita ter sérias razões para afirmar que os austríacos estão sendo dirigidos por alguém, por alguma entidade. "Ninguém reúne 47 mil assinaturas de graça, nem na porta da ópera de Viena", justificou. "São organizações que têm outros objetivos. Por que estão interessadas em reduzir a soberania do Brasil, justamente num pedaço muito rico de seu território, inclusive em minerais?"

Indignação

As proibições do governo à entrada de missionários nas áreas pertencentes aos índios também irritou dom Aloísio. "Os índios passaram primeiro nas terras brasileiras. Então, de quem é o direito natural, dos índios ou nosso?" — argumentou ele. — "Há muitos interesses econômicos por trás dessas proibições."

Mas Brossard encara o problema de outra forma — e condena simplesmente a intenção de que sejam reconhecidas às "nações indígenas" autonomia nas gestões dos bens e negócios que lhes dizem respeito. "Amanhã, essas mesmas organizações, que na Austrália são capazes de juntar 47 mil assinaturas, vão reivindicar que essas 'nações' se organizem politicamente. E a seguinte da segregação lançada na lei fundamental do País. Uma coisa inconcebível."